

Judiciário em foco

ANO 2 - NÚMERO 13

JUNHO - 2008

Informativo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre
www.tjac.jus.br

TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DO ACRE

45
ANOS

Páginas 6 e 7

DESTAQUE

TJAC comemora seu aniversário

Página 4

CONHEÇA O JUDICIÁRIO

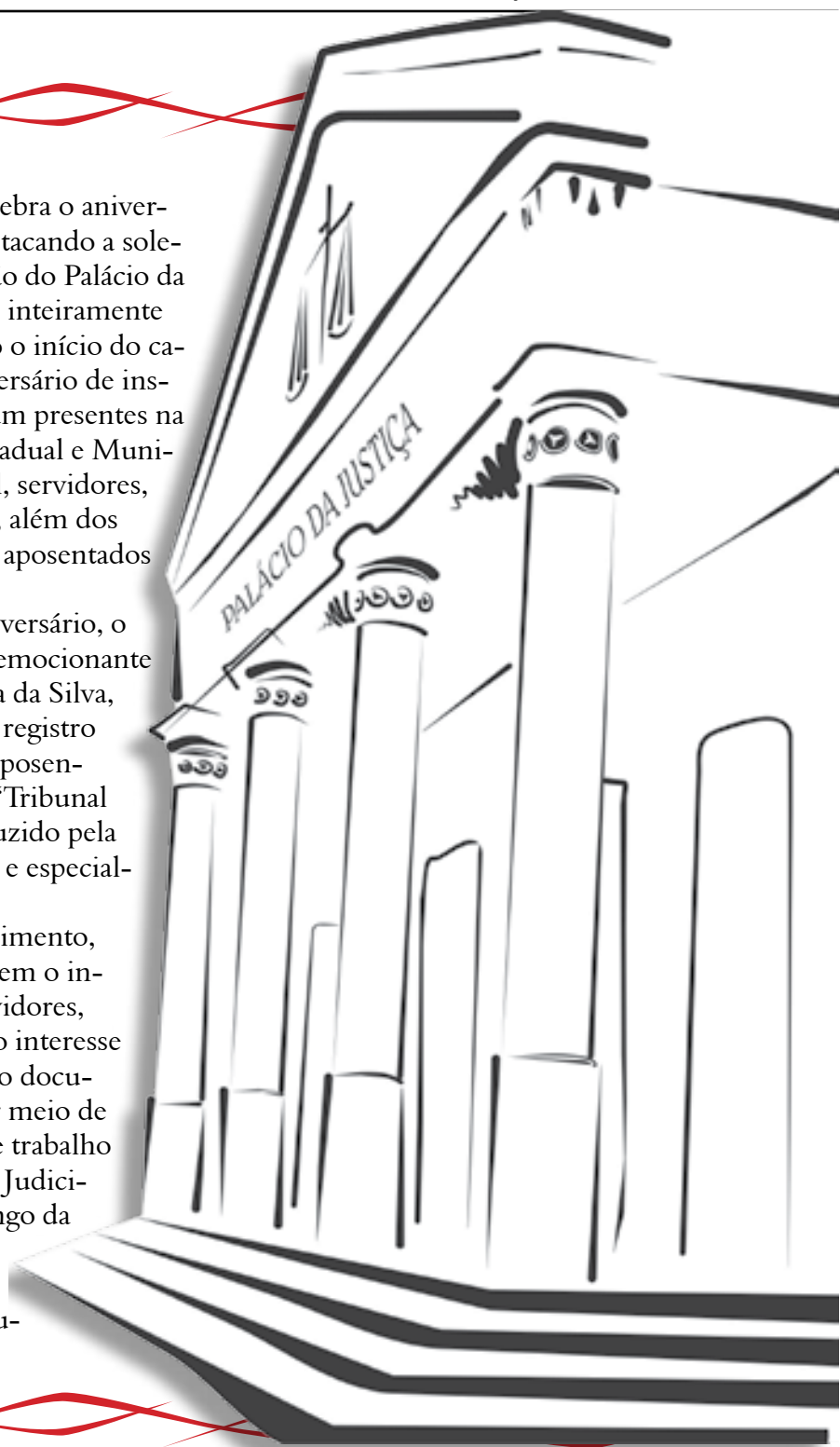
Palácio da Justiça Centro Cultural do Tribunal de Justiça

Página 5

Esta 13ª Edição do Judiciário em Foco celebra o aniversário do Tribunal de Justiça do Acre, destacando a solenidade de entrega da obra de revitalização do Palácio da Justiça, ocorrida no dia 13 de junho. O evento, inteiramente aberto à comunidade, marcou em grande estilo o início do calendário anual de comemorações pelo 45º aniversário de instalação do TJAC. Cerca de 400 pessoas estiveram presentes na solenidade, entre autoridades do Executivo Estadual e Municipal, Legislativo Municipal, Estadual e Federal, servidores, magistrados e membros do Tribunal de Justiça, além dos convidados de honra: magistrados e servidores aposentados do Judiciário.

Na seção *In Verbis*, em versão especial de aniversário, o leitor poderá conferir os principais trechos do emocionante discurso do Desembargador Jorge Araken Faria da Silva, proferido durante a cerimônia. Também terá o registro dos depoimentos de servidores e magistrados aposentados que participaram do minidocumentário “Tribunal de Justiça do Estado do Acre – 45 Anos”, produzido pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal e especialmente apresentado na ocasião da solenidade.

A construção do Tribunal e o seu engrandecimento, ao longo desses 45 anos, não seriam possíveis sem o indispensável trabalho de seus magistrados e servidores, comprometidos em bem servir à sociedade e ao interesse público. Pensando nisso, a ASCOM produziu o documentário onde, cada um dos entrevistados, por meio de depoimentos pessoais, relata sua experiência de trabalho e sua parcela de contribuição na construção do Judiciário Acreano. A todos que contribuíram, ao longo da história, para a construção e engrandecimento institucional da Corte Acreana, as merecidas homenagens, no 45º aniversário do nosso Tribunal de Justiça.



Judiciário
em foco

EXPEDIENTE

As colaborações e sugestões podem ser enviadas à Assessoria de Comunicação Social do TJAC através do e-mail ascom@tjac.jus.br. Mais informações pelos telefones (68) 3211-5356 e 3211 5357

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO ACRE
Biênio 2007-2009

Presidente
Des.ª Izaura Maia

Vice-Presidente
Des. Pedro Ranzi

Corregedora Geral da Justiça
Des.ª Eva Evangelista

O Judiciário em Foco é uma publicação da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

Assessora-Chefe de Comunicação Social
Letícia Mamed

Redação e Edição
Angelo Douglas
Antônio Kléber
Letícia Mamed
Nattércia Damasceno

Projeto Gráfico e Diagramação
Angelo Douglas
Fernando Sobrinho
Letícia Mamed
Nattércia Damasceno

Fotos
Acervo da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

Jornalista responsável:
Antônio Kléber (MTB 12/92)

Impressão: Parque Gráfico do TJAC
Tiragem: 2.000 exemplares
Distribuição: Gratuita
Circulação: Nacional

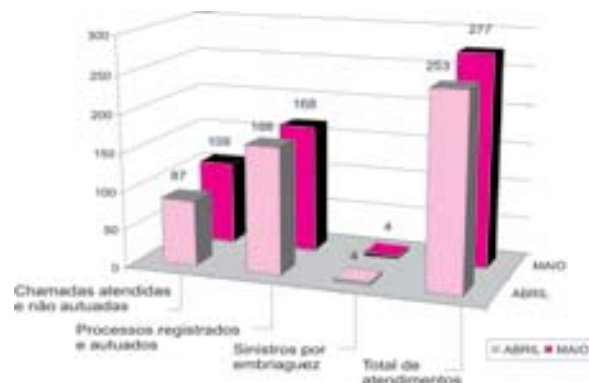
Rua Floriano Peixoto, 456.
69.908-030. Rio Branco-AC.
Tel. (68) 3211-5356 / 3211-5357.
Internet: www.tjac.jus.br
E-mail: ascom@tjac.jus.br



Relatório Estatístico Processual - 1ª Instância Comparativo Abril e Maio/2008

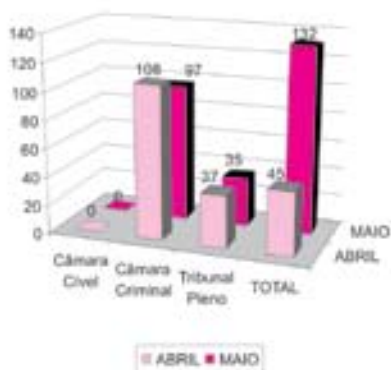


Relatório Estatístico Processual - Juizado de Trânsito Comparativo Abril e Maio/2008



Relatório Estatístico Processual - 2ª Instância Comparativo Abril e Maio/2008

Feitos Recebidos



Feitos Julgados



Acórdãos Publicados



Feitos em Trâmite



Tribunal comemora seu 45º aniversário

Entrega da obra de revitalização do Palácio da Justiça marca aniversário do Judiciário Acreano

Em solenidade realizada no dia 13 de junho, o Tribunal de Justiça deu início ao calendário anual de comemorações alusivas ao seu 45º aniversário de instalação, com a entrega da obra de revitalização do Palácio da Justiça.

Cerca de 400 pessoas acompanharam a solenidade. Na oportunidade, a Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, assinou o Decreto Judiciário de instituição do Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Acre, que passará a funcionar nas dependências do prédio.

O Desembargador aposentado Jorge Araken saudou os presentes com uma breve explanação sobre a história do Tribunal. Já o Desembargador Arquilau Melo, entusiasta da obra, destacou a importância do Centro Cultural do TJAC como meio de aproximação entre a Justiça e o cidadão.

“Esta relação de proximidade é o que temos de mais valioso”, disse o Governador Arnóbio Marques acerca da integração arquitetônica de prédios históricos no Centro de Rio Branco e da relação harmoniosa entre as instituições



Presidente Izaura Maia, Governador Arnóbio Marques, Deputado Edvaldo Magalhães e Desembargador Arquilau Melo no momento do corte simbólico da fita de entrega da obra

acreanas. O Deputado Edvaldo Magalhães, Presidente da Assembleia Legislativa, parabenizou a Corte Acreana pelo seu aniversário, destacando a importância histórica e cultural da obra de revitalização do Palácio da Justiça, que funcionará como Centro Cultural.

A Presidente Izaura Maia agradeceu a presença de todos, aos desembargadores Pedro Ranzi e Eva Evangelista, seus parceiros na atual Administração, aos magistrados e servidores que integram o Judiciário, à sua equipe e à imprensa acreana, ressaltando: “Creiam, trabalhamos com muita vontade, amor,

carinho e cuidado com o nosso Poder”.

A Presidente lembrou ainda que o projeto de revitalização do Palácio foi um ideal do então Presidente Desembargador Arquilau Melo, que o iniciou, e prosseguiu nas administrações dos desembargadores Ciro Falcundo e Samoel Evangelista.

Ao assegurar a conservação dos acervos arquitetônico, documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis do Tribunal, o Palácio da Justiça, hoje revitalizado, servirá à divulgação da memória do Judiciário, que se confunde com a própria história do Acre.

“Creiam, trabalhamos com muita vontade, amor, carinho e cuidado com o nosso Poder”

Galeria de Presidentes

O Palácio da Justiça tem no seu hall de entrada a nova Galeria de Presidentes do TJAC. Os 21 quadros que compõem a atual Galeria são assinados pelo artista plástico Jorge Rivasplata de La Cruz, que utilizou a técnica de pintura a óleo na elaboração das peças.

Selo, Carimbo e Cartão Telefônico

Em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o Tribunal lançou durante o evento o selo personalizado e o carimbo comemorativo alusivos aos 45 anos do TJAC. Para carimbar a primeira peça comemorativa, foram convidados os desembargadores Eva Evangelista, Corregedora Geral da Justiça e Decana da Corte, e Pedro Ranzi, Vice-Presidente do Tribunal. Na sequência, em parceria com a empresa Brasil Telecom, também foi lançado o cartão telefônico indutivo, remissivo aos 45 anos do Tribunal.

Vídeos institucionais e minidocumentário

Para celebrar o aniversário do Tribunal, a Assessoria de Comunicação Social do TJAC produziu dois vídeos institucionais veiculados em todos os canais de TV aberta no Estado durante o período de 12 a 19 de junho. A ASCOM também produziu o minidocumentário “Tribunal de Justiça do Estado do Acre – 45 Anos”, a partir de entrevistas realizadas com servidores e magistrados do Poder Judiciário. Cada um dos entrevistados, por meio de depoimentos pessoais, relata sua experiência de trabalho e sua parcela de contribuição na construção do Judiciário Acreano. O vídeo foi especialmente apresentado durante a solenidade realizada no dia 13.

Palácio da Justiça

Revitalizado, prédio
abriga o Centro Cultural
do Tribunal de Justiça

Símbolo do Judiciário Acreano, o Palácio da Justiça foi inaugurado em 30.04.1957, quando o Acre ainda era Território Federal. Nele funcionava o Fórum da Comarca de Rio Branco, composto pelo o Tribunal do Júri, cartórios judiciais, eleitorais e extrajudiciais, unidades administradas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, então Capital Federal.

Foi também no Palácio que se instalou a primeira sede da Corte Acreana, em 15.06.1963. Por sua importância, a construção foi tombada como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Acre em de 2002 (Decreto Governamental nº 6.289, de 10.10.2002).

Construído em estilo neo-



Sala de Exposições: uma das unidades mais visitadas pela comunidade

clássico, o Palácio abrigou durante quase 40 anos o Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Porém, em 2002, constatado o desgaste da estrutura física do prédio, e mediante a necessidade de um espaço maior para acomodar as unidades adminis-

trativas do Tribunal, a sede do TJAC mudou-se para um novo endereço.

Já no ano de 2003, com o objetivo de recompor o projeto arquitetônico do prédio, modernizar e readequar suas instalações internas, o Tribunal de Justiça e o Estado do Acre celebraram convênio que deu início à obra de revitalização do Palácio da Justiça.

A obra contou com patrocínio da Petrobrás, Banco da Amazônia e Banco do Brasil, cujos recursos financeiros foram gerenciados pela Secretaria de Estado de Obras Públicas e Habitação (SEOPH) e pela Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM).

Para comemorar o seu 45º aniversário de instalação, o TJAC realizou no dia 13 de junho a entrega solene da obra de revitalização da sua antiga sede, que constitui o mais recente espaço cultural da cidade de Rio Branco: o Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Além da recomposição artística e arquitetônica, complementadas por reforço estrutural e instalações técnicas, como climatização e iluminação, o Palácio dispõe de sala de exposições, destinada a receber mostras temáticas; plenário com 115 lugares, para realização de sessões e eventos diversos; gabinete oficial da Presidência; unidade de Comunicação Social; biblioteca, com acervo de 12 mil títulos de especialidade jurídica; sala de estudos, equipada com computadores e acesso à internet; centro de documentação jurídico; jardim interno; praça externa; e cafeteria, que em breve estará funcionando e servirá como ponto de encontro dos visitantes do Palácio.

Hoje revitalizado, o Palácio da Justiça reforça o processo de conservação do centro histórico da capital acreana, garantindo à sociedade acesso fácil e gratuito aos bens culturais e jurídicos que compõem a história do Judiciário no Estado e a própria história do Acre.



Palácio da Justiça:
novo espaço cultural
da cidade de Rio
Branco

SERVIÇO

Endereço:

Palácio da Justiça
Rua Benjamin Constant, 277.
Centro. 69.908-520.
Rio Branco. AC

Funcionamento:

De segunda a sexta-feira,
no horário das 09h às 18h.

Contato:

Telefone: (68) 3211-5357
Fax: (68) 3211-5290
E-mail: palaciodajustica@tjac.jus.br

Ruth Bady Servidora do TJAC entre 1962 e 1991

Quando penso no que aconteceu no percurso de 32 anos de Casa, confesso que tenho minhas saudades, minhas mágoas e ressentimentos como toda pessoa normal, mas sou sincera em dizer que demorei esse tempo todo no Judiciário porque acho que estava no meu sangue ser funcionária do Poder. Penso que valeu a pena porque a possibilidade de acompanhar e ser útil na criação de alguma coisa que será para sempre, é algo muito satisfatório. Sempre me orgulhei de ter participado da instalação do Tribunal e me sinto imensamente feliz de hoje fazer parte dessa comemoração de 45 da nossa Casa.



Rodomilson Marques Servidor do TJAC entre 1964 e 1996

Minha passagem pelo Tribunal de Justiça foi espetacular. Pelos anos de trabalho acumulados no Tribunal, especialmente pela experiência construída em meio a muitas demandas e imensas dificuldades, adquiri conhecimentos profundos em relação ao Direito e em relação aos Cartórios, área em que atuei mais diretamente. Tenho orgulho de dizer que ajudei e ensinei o serviço a muitos servidores, repassando meu conhecimento e experiência aos recém-chegados na Casa. Hoje, relembro as dificuldades para registrar que o Tribunal tem vencido cada uma delas e segue uma trajetória de grande crescimento.



Guttemberg Maia Servidor do TJAC entre 1966 e 1990

No Tribunal trabalhei sempre com muita honra, respeito e dignidade porque a Justiça merece a nossa dedicação e confiança. Às 6 horas da manhã eu chegava, abria as portas, fazia o café, dividia a correspondência de todas as salas e depois saía para fazer as entregas do Tribunal nas outras repartições. Iniciei trabalhando como zelador, depois fui motorista, até que cheguei a ocupar cargo de oficial de justiça. Tenho imenso orgulho de dizer que o Tribunal foi a minha casa e os meus amigos magistrados e servidores a minha grande família.



Hermano Diógenes Servidor do TJAC entre 1963 e 1981

Iniciei no Judiciário trabalhando no Cartório, como auxiliar do Tabelião. Em meio às dificuldades daquela época, o trabalho, que já era muito, exigia organização, disciplina e dedicação de todos nós. Gostava de chegar cedo para arrumar o ambiente de trabalho, para dar o exemplo aos mais novos e, na grande maioria das vezes, era sempre o último a sair. Lembro que naquela época a energia em nossa cidade funcionava até uma determinada hora, o que fazia com que nós nos dobrássemos para realizar o serviço enquanto era dia. Porém, pelo volume de trabalho no Cartório, muitas vezes eu levava os livros para casa e lá lavrava as escritu-



ras utilizando a luz de velas. Por todos esses anos trabalhando no Tribunal, aprendi a dignificar o meu ofício, respeitar as leis e orientar as pessoas a cumpri-las.

Des. Minervino Bezerra Membro da Corte Acreana entre 1983 e 1990

Avalio que o Tribunal avançou muito nesses 45 anos, assim como a Justiça de modo geral. A Instituição tem sabido suplantar as dificuldades e conseguido aproximar-se do cidadão, algo que sempre foi nosso grande desafio. Os novos fóruns, varas, reformas e ampliações das nossas estruturas físicas, assim como o crescimento dos nossos serviços são reflexos deste processo. Por isso, só tenho a parabenizar todos aqueles que souberam contribuir de modo construtivo para o pleno estabelecimento de nosso Tribunal.



Tabita Aquino Servidora do TJAC entre 1974 e 1990

Posso dizer que praticamente cresci e amadureci trabalhando no Tribunal de Justiça. Foi o Tribunal a minha grande e querida escola, onde aprendi e adquiri toda a minha experiência profissional, sabendo administrar e driblar situações difíceis. Na gaveta da minha mesa nunca faltou uma vela e uma caixa de fósforos. Como eu era responsável pela preparação da folha de pagamento e durante o dia não conseguíamos terminar o serviço, eu e minha equipe trabalhávamos até muito tarde. A luz na cidade acabava e então ascendíamos as velas para dar continuidade ao trabalho. Hoje, quando penso no Tribunal, me surpreendo com o seu crescimento e fico muito satisfeita de ter participado dessa história.



Francisco Vidal Servidor do TJAC desde 1976

No Tribunal de Justiça eu tive meu primeiro e único emprego. Como agente de segurança do Tribunal, sempre tirei o sustento da minha família e as condições para criar e educar os meus filhos. Por isso, sempre procurei cumprir com meu dever da melhor maneira possível. Meu maior orgulho é chegar ao final de um dia de trabalho e estar com a consciência tranquila de dever cumprido, tendo dado o máximo de mim naquele dia e aplicado minha parcela de colaboração para o fortalecimento da nossa Instituição. Sinto-me muito feliz de participar da equipe de servidores do Tribunal e pretendo continuar colaborando até o meu último dia de trabalho nesta Casa, sempre com muita garra e empenho.



Eil Jeannete "Lila" Servidora do TJAC entre 1982 e 1997

Durante os anos que passei no Tribunal, confesso que dei tudo de mim para o meu trabalho, ofício que tanto amei e honrei. Na biblioteca, onde sempre trabalhei, e por muitos anos como única servidora, tinha um profundo amor por aqueles livros, que eram os outros filhos que



Tribunal de Justiça do Acre

45 Anos Depois

Este "Palácio da Justiça", que hoje é reaberto ao público, foi inaugurado no dia 30 de abril de 1957, quando o Acre ainda era Território Federal. De 1957 até hoje, lá se vão 51 anos.

Com a criação do Estado, foi este "Palácio da Justiça" a primeira sede de nossa Corte, que se instalou, solenemente, no dia 15 de junho de 1963, um ano depois da entrada em vigor da Lei 4.070, de 15 de junho de 1962, que criou o Estado do Acre.

A Sessão Solene de Instalação, presidiu-a o Excelentíssimo Senhor Desembargador Paulo Ithamar Teixeira e dela participaram os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Mário Strano e José Lourenço Furtado Portugal, sugestivamente denominados de "os fundadores". Dos membros da Mesa que dirigiu os trabalhos, só um ainda vive, o Desembargador Lourival Marques, que naquela época era Procurador-Geral de Justiça.

Assim é que, para tristeza nossa, já não estão entre nós, os saudosos Desembargadores Paulo Ithamar Teixeira, Mário Strano e José Lourenço Furtado Portugal, cujos nomes pronunciamos com saudade e veneração.

Apenas em nossa memória, estão, também, os Excelentíssimos Senhores: Professor José Augusto de Araújo, então Governador do Estado; Deputado Carlos Meixeira Afonso, então Presidente da Augusta Assembléia Legislativa do Estado; e Sua Excelência Reverendíssima Dom Giocondo Maria Grotti, Bispo Prelado do Alto Purus e Acre.

Vivo, apenas, e para minha alegria, o eminente Desembargador Lourival Marques de Oliveira, meu colega da Turma de 1960, da Faculdade Nacional de Direito, a nossa "Nacional", como nós, alunos, ex-alunos e professores a denominávamos, e que foi quem me trouxe para o Acre.

Vivíssima, também, para a alegria nossa, e aqui presente, a Excelentíssima Senhora Odete Strano, que veio de Curitiba para assistir a esta solenidade (...). Quarenta e cinco anos depois, Dona Odete, e aqui estamos nesta

mesma Sala, na qual se reuniu, pela primeira vez, o "Colégio dos Cinco", então, ainda, com apenas três membros.

Como gostaríamos que os três estivessem de corpo presente, mas, estejam certos de que estão presentes em espírito, "o que é", como escreveu Rui Barbosa, "também estar presente em verdade". (...)

O "Colégio dos Cinco" só se completou um pouco mais tarde, com a posse dos Desembargadores José Bento Vieira Ferreira e Paulo Polly Nepomuceno, ambos, também, de saudosa memória.

E Vossas Excelências não podem imaginar as recordações que tenho do velho, agora novo, "Palácio da Justiça". No velho "Palácio", vivi momentos de alegria. Nele, assisti à Sessão Solene de Instalação de nosso Tribunal (...). Nele, dois dias depois, tomei posse no cargo de Juiz Substituto Temporário. Nele, tomei posse, também, no cargo de Desembargador, no dia 1º de maio de 1968. Nele, assumi a Vice-Presidência da Corte. Nele, como Vice-Presidente, dei posse ao saudoso Desembargador Paulo Polly Nepomuceno na Presidência do Tribunal, em 1972.

Nele, assumi o cargo de Presidente, em 1974, posse que se repetiu 10 (dez) anos mais tarde, em 1984. Nele, naquele mesmo ano, emposse, no cargo de Desembargador, o Juiz de Direito Lourival Marques de Oliveira, o primeiro acreano nato a ter assento em nosso Sodalício. Estes, e outros, foram momentos de alegria.

Mas, nele, vivi, também, momentos de tristeza, ao assistir, por exemplo, ao velório de alguns Colegas e ao do saudoso ex-Governador Edmundo Pinto (...).

Neste velho "Palácio da Justiça", tive a felicidade de conviver com os mais antigos Membros do Tribunal, em colóquio de irmãos, eles, muito experientes, e eu, muito jovem.

(...). Prometi a mim mesmo que seria breve e acabei escrevendo mais do que devia. Mas perdoem-me, porque sou assim mesmo. Sono io. (...).



Trechos do discurso do Desembargador aposentado Jorge Araken Faria da Silva por ocasião da solenidade de entrega da obra de revitalização do Palácio da Justiça, em 13.06.2008

eu não tive. No Tribunal eu percebi a importância do trabalho em equipe, onde todos, magistrados e servidores, participam dando sua parcela de contribuição para atingirmos um objetivo comum, uma mesma finalidade: a elevação do Poder Judiciário para bem servir à sociedade.

Helenir Muniz Servidora do TJAC desde 1979

Comecei a trabalhar no Tribunal de Justiça com 17 anos de idade e, como comecei muito jovem, praticamente fui crescendo junto com o Poder Judiciário. Trabalhando aqui eu casei, tive meus três filhos, sou muito feliz no meu trabalho e na minha vida pessoal. Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de trabalhar numa Instituição que é sinônimo de credibilidade, porque as pessoas e a sociedade de modo geral acreditam na Justiça. O que me dá grande satisfação de trabalhar no Judiciário é atender bem aquelas pessoas que chegam até nós muitas vezes desesperadas. Ao chegar aqui, nós podemos dar a elas uma palavra de esperança, dar uma explicação sobre um processo e mostrar que a Justiça existe e que elas confiem nisso. No final do dia, quando avaliamos que a pauta foi cumprida e que aquelas pessoas que nos procuraram saíram satisfeitas, sinto a grata satisfação de dever cumprido. Ver o trabalho acontecendo e a Justiça se estabelecendo, fruto do trabalho e empenho de toda uma equipe, é algo que nos gratifica e orgulha muito.



Cléia Noronha Servidora do TJAC desde 1980

O Tribunal de Justiça foi e ainda é a minha grande escola. Sempre trabalhei na área financeira e pude acompanhar de perto muitos momentos de dificuldades financeiras do Judiciário. Mas, graças a Deus e ao empenho de todos os nossos administradores, durante os 28 anos que aqui trabalho, sempre o Tribunal está pagando os seus servidores em dia. O que mais me incentivou a seguir confiante no Judiciário e a ter orgulho de trabalhar nesta Casa é o respeito que a Instituição tem pelo seu servidor. Na década de 1990, por exemplo, quando tivemos muitos momentos difíceis na economia do Estado, os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo ficaram com seus salários atrasados por diversas vezes, no entanto, os do Judiciário sempre receberam seus vencimentos em dia. Essa demonstração de respeito pelo servidor e de valorização pelo nosso trabalho é o que mais me alegra e orgulha fazer parte deste Poder.



Maria Guadalupe Servidora do TJAC desde 1988

Na época em que ingressei no Judiciário, as dificuldades eram muitas. De um lado tínhamos muito trabalho e de outro reduzido número de servidores e pouca estrutura. É até engraçado lembrar que havia disputa por mesas, cadeiras e máquinas de escrever, pois o que existia não dava para todos e era sempre em número



menor em relação à quantidade de servidores. Nós então nos organizávamos, revezando e distribuindo o serviço da melhor maneira possível. Com o tempo isso foi melhorando e eu acompanho essa evolução do Tribunal de Justiça com muita alegria. Tenho orgulho de fazer parte desta Casa. Sempre zelei por ela, me empenhando e me doando ao máximo para bem realizar o meu trabalho.

Semírames Pinto Servidora do TJAC desde 1988

Dentro do Tribunal de Justiça sei fazer de tudo um pouco e continuo aprendendo mais a cada dia. No início, aproveitava o meu horário de almoço, e no final da tarde, depois que terminava o expediente, ficava até mais tarde estudando processos e organizando o que fosse possível, para deixar tudo organizado para o dia seguinte. Gosto muito do Tribunal e do trabalho que realizo na Instituição. Hoje, mesmo já tendo as condições necessárias para me aposentar, preferi continuar, mesmo porque ainda me acho com capacidade e disposição para permanecer exercendo meu ofício. E tenho a certeza de que ainda vou demorar por aqui uns bons anos.



Eláina Rocha Servidora do TJAC desde 1981

Quando completei 18 anos de idade, decidi que queria trabalhar no Tribunal de Justiça. Os melhores anos da minha vida têm acontecido dentro do Tribunal e daqui tenho recordações maravilhosas. Sempre fui amiga de todos, por isso sou muito feliz dentro do Judiciário. Os grandes amigos que aqui constituí são grandes preciosidades. Quando comecei, por ser muito nova e inexperiente, contei com o carinho e a atenção de muitas pessoas queridas que me ensinaram praticamente tudo o que sei hoje. Com elas aprendi especialmente a ter muito zelo e dedicação com o meu trabalho e acredito que é exatamente pelo empenho de profissionais assim que o Tribunal cresceu e se desenvolveu muito, tanto em termos de estrutura física como de pessoal. Hoje, nossa estrutura surpreende e não deixa nada a desejar em relação a qualquer outro Tribunal.



Des. Nielse Gonçalves Membro da Corte Acreana entre 1980 e 1984

Vindo do Rio de Janeiro, ingressei na magistratura logo que cheguei ao Acre. Atuei como Juiz de Direito no interior do Estado, depois percorri diversas varas na Capital e ascendi ao desembargo. Sempre que posso rendo minhas homenagens aos antigos desembargadores Ithamar Teixeira, Mário Strano, Furtado Portugal, Paulo Polly, Bento Vieira e tantos outros homens que lutaram com uma dificuldade tremenda, mas ultrapassaram todos os percalços e conseguiram levar este Tribunal ao estágio de ser um dos mais respeitados do Brasil. Podemos dizer, com grande orgulho, que aqui se faz a verdadeira Justiça. O nosso Tribunal tem seguido uma brilhante trajetória de fazer o bem, de ser útil à sociedade e ao país.



SAJ-5 chega à Comarca de Rio Branco

Dando continuidade ao processo de migração da versão 3 para a versão 5 do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ), a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do Tribunal de Justiça iniciou na primeira semana do mês de junho o treinamento dos servidores das unidades judiciárias da Comarca de Rio Branco.

Ao longo do processo de conversão do SAJ-3 para o SAJ-5, a DTI também realiza o treinamento dos servidores da Comarca da Capital, divididos em quatro módulos: Cartório do Distribuidor, Central de Mandados do Fórum Barão do Rio Branco (CEMAN), Oficial de Justiça e Cartórios Judiciais, envolvendo cerca de 400 pessoas no processo de aprendizagem.

Segundo o analista de sistema da DTI e facilitador do treinamento, Juceir Rocha de Souza, a migração de dados entre as duas versões está sendo positiva. "O novo programa tem tornado o trabalho mais ágil e fácil, incrementando celeridade ao trâmite de processos", afirma.



Treinamento na Comarca de Rio Branco envolve cerca de 400 servidores

O processo de conversão funciona gradativamente. Conforme o encerramento dos treinamentos, a unidade se torna apta para utilizar o novo sistema. No Juizado da Infância e da Juventude de Rio Branco, o SAJ-5 está operando desde o dia 21 de junho. A novidade está em fase de adaptação, mas obteve a aprovação dos funcionários. "Estamos nos adequando às novas ferramentas, mas já

podemos constatar que o SAJ-5 trouxe mais velocidade e funcionalidade à unidade", afirma o escrivão da área infracional do Juizado, Wanderley Nogueira.

A previsão da DTI é que até o final de julho os Juizados Especiais, o Fórum Barão do Rio Branco e o Fórum Criminal já tenham efetuado a migração e o SAJ-5 esteja funcionando inteiramente na Comarca de Rio Branco.

Próximo Passo

■ A próxima etapa do projeto é informatizar os municípios de Senador Guomard, Bujari, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Tarauacá, Feijó e Sena Madureira, que ainda não utilizam o Sistema de Automação. A implantação deverá ocorrer a partir de agosto deste ano e pretende unificar e proporcionar maior interação entre as comarcas do Estado.



2ª. VARA CÍVEL

Ciclo de Conciliação atinge bons resultados

• A 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco, que tem como Titular a Juíza de Direito Maria Cezarinete de Souza Augusto Angelim, realizou, durante o período de 23 a 26 de junho, um ciclo de conciliação.

A atividade aconteceu no Espaço Cultural do Fórum Barão do Rio Branco, onde foram realizadas mais de 50 audiências de conciliação. Servidores, conciliadores e oficiais de justiça estiveram envolvidos durante todo o período. A atividade contou ainda com a parceria do Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre.

A estrutura da atividade foi montada com uma decoração inspirada no Feng Shui - corrente de origem



Juíza Maria Cezarinete Angelim, coordenadora dos trabalhos

chinesa que conserva as influências positivas do ambiente. Foram ainda utilizadas técnicas de cromoterapia, aromaterapia e musicoterapia, para favorecer o diálogo entre as partes e a construção do acordo entre elas.

Cerca de 60% das audiências realizadas durante o ciclo tive-

ram acordos celebrados ou propostas de acordos definidas. A intenção da 2ª. Vara Cível foi de realizar uma experiência em Rio Branco como preparação para a futura Semana Acreana da Conciliação, prevista para ocorrer no mês de agosto.

O evento, idealizado pela Direção do Tribunal de Justiça como parte das comemorações pelo aniversário de 45º anos de instalação do TJAC, acontecerá, simultaneamente, em todas as Comarcas do Estado.



Balanco: 60% das audiências tiveram acordos celebrados ou propostas de acordo definidas



Programa de Capacitação de Agentes Comunitários

No dia 16 de junho, o Tribunal de Justiça, por meio do Centro de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário (CECAP), iniciou o curso de formação para cinco agentes comunitários que atuarão como conciliadores do Programa Justiça Comunitária Itinerante, trabalhando junto às comunidades dos bairros Calafate, Mocinha Magalhães, Santa Inês, Adalberto Aragão e Sobral, além de um auxiliar judiciário lotado no Juizado de Trânsito de Rio Branco (JUTRAN).

A primeira semana de atividades do curso envolveu palestras com os instrutores: Valdir Perazzo Leite, defensor público; Maisa Justiniano Bichara, advogada; Elias Martins Evangelista, gerente executivo do INSS; Alcinéia Moreira de Souza, assistente social do Juizado da Infância e da Juventude de Rio Branco; Silvana Maués, procuradora do Estado do Acre; e as juízas de Direito Regina Longuini (2ª Vara da Fazenda Pública de Rio Branco) e Mirla Regina Cutrim (3º Juizado Especial Cível).



Encerramento da segunda semana de atividades do Programa: Eva Evangelista parabeniza os alunos do curso de formação e as equipes da ONG "Amor e Vida" e do TJAC

Na segunda semana, o treinamento teve continuidade com o Seminário "Discriminação aos Idosos", sob responsabilidade dos instrutores Raimundo Dias Paes e Joseima Mamed, coordenadores da Organização Não-Governamental "Amor e Vida". O encerramento do Seminário ocorreu no dia 27, com a par-

ticipação da Coordenadora do Programa Justiça Comunitária Itinerante, Desembargadora Eva Evangelista, que esteve na sede da ONG para agradecer a Organização pelo apoio na formação dos agentes comunitários.

Já na terceira e última semana de atividades, os futuros agentes realizaram visitas orientadas aos

principais órgãos públicos instalados no Estado, como Conselho Tutelar, Juizado da Infância, INSS, Procon, Defensoria Pública, Ministério Público, Vara de Violência Doméstica, dentre outros. O objetivo foi explicar o funcionamento institucional desses órgãos e os serviços oferecidos por cada um deles.



Os desembargadores Eva Evangelista e Pedro Ranzi e a juíza Mirla Cutrim acompanharam os trabalhos

Mutirão de atendimento

■ Durante o curso, os agentes puderam participar do mutirão de atendimento do Programa Justiça Comunitária Itinerante, que aconteceu na Base da Polícia da Família do Bairro Jorge Lavocat, no dia 26 de junho. Pela localização, a unidade também envolve os bairros Tancredo Neves, Defesa Civil, Montanhês, Alto Alegre, Irineu Serra, Wanderley Dantas e Vila Nova.

A atividade permitiu aos futuros agentes experimentar situações concretas e colocar em prática os ensinamentos teóricos sobre mediação judicial. Durante a atividade foram realizados 116 atendi-

mentos: 95 mediações com acordos; 13 encaminhamentos para o Juizado Especial Móvel (microônibus do Programa); 05 mediações remar cadas e 03 encaminhamentos para outros órgãos.

A Desembargadora Eva Evangelista, Coordenadora do Programa, juntamente com o Desembargador Pedro Ranzi e a Juíza Mirla Cutrim, acompanharam o trabalho desenvolvido na unidade. O mutirão contou com a participação de dez agentes comunitários, que forneceram noções de cidadania e buscaram mediar a construção de acordos e soluções pacíficas para os conflitos da comunidade.

XIII Reunião do COPEDEM acontece em Curitiba

Nos dias 19 e 20 de junho, a cidade de Curitiba (PR) sediou o XIII Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM). Nesta edição, o Encontro comemorou o aniversário de 25 anos da Escola da Magistratura do Paraná e discutiu a realização dos cursos de formação para ingresso na carreira da Magistratura, a integração entre as Escolas Brasileiras, além de questões internas do Judiciário.

O evento foi aberto no dia 19 com o pronunciamento da Profª. Dra. Tereza Alvim Wambier, representante do Ministro Nilson Naves, Diretor Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Na sequência, os participantes também foram saudados pelo Diretor da Escola da Magistratura do Paraná, Juiz Roberto Portugal Bacellar, pelo Desembargador Carlos Augusto Guimarães e Souza Júnior, Presidente do COPEDEM, pelo Secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favreto, e pelo desembargador Miguel Kfoury Neto, Presidente da

Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR).

Já no dia 20, o Encontro foi encerrado com o pronunciamento da ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, que ressaltou o papel das escolas para a atualização dos conhecimentos de quem ingressa na magistratura. “O direito que o juiz estudou na faculdade seguramente não é o direito que ele pratica”, disse ela.

Carmen Lúcia também falou sobre direito e cidadania no Brasil, país que tem uma produção legal de vanguarda, mas que, segundo ela, encontra dificuldades no momento de aplicação dessa produção. “Somos capazes de fazer os melhores textos legais. Em matéria de teoria e criação de normas constitucionais, não há do que reclamar. Basta ver que fomos o primeiro povo do mundo a ter num corpo de normas constitucionais o princípio da igualdade, em 1824. O mesmo não se pode dizer da aplicação dessas leis”, destacou a Ministra.

Ao final dos trabalhos, o Colégio divulgou a Carta de Curitiba, com as conclusões dos temas debatidos, assinada pelos participantes



O Encontro reuniu representantes de vários Estados para discutir temas de interesse das Escolas e celebrou os 25 anos da Escola da Magistratura do Paraná

Carta de Curitiba

Considerando que o COPEDEM se consolidou como centro receptor de informes e orientações pedagógicas e fonte difusora de auxílio às Escolas Estaduais de Magistratura no cumprimento do dever de unificar pensamentos e decisões;

Considerando as diretrizes pedagógicas estabelecidas pela ENFAM;

Considerando a necessidade da obtenção de direcionamento unificado para a formação inicial, preparação e o aperfeiçoamento de magistrados;

DECIDE:

1 – Intensificar, através do COPEDEM, a participação das Escolas Estaduais da Magistratura, repositórios naturais das experiências de cada região do Brasil, na discussão, elaboração e implementação das normas regulatórias expedidas pela ENFAM.

2 – Fomentar o intercâmbio entre as Escolas da Magistratura dos cursos aprovados pela ENFAM, com a disposição de vagas para alunos magistrados de outros Estados, com validade para os fins institucionais.

3 – Encaminhar proposta à AMB e ao STJ no sentido de que a indicação de magistrados estaduais para integrar o Conselho Superior da ENFAM recaia sobre diretores de escolas de magistratura.

Curitiba, 20 de junho de 2008.



Representando o Ministro Nilson Naves, Diretor Geral da ENFAM, a Profª. Dra. Tereza Alvim Wambier (ao centro) palestrou na abertura do Evento

JUSTIÇA ABERTA

Judiciário
em foco

Sistema permite o acesso da sociedade aos dados estatísticos dos órgãos jurisdicionais

Em Brasília (DF), a Corregedora Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargadora Eva Evangelista, representando a Presidência do TJAC, participou no dia 24 de junho da cerimônia de lançamento do Sistema Justiça Aberta, conduzida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Gilmar Mendes.

Desenvolvido sob a coordenação do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Cesar Asfor Rocha, o Sistema apresenta de forma inédita informações em três focos distintos - população carcerária, cartórios e serventias judiciais. Incluindo nessa última categoria os juízes, sua produção e a estrutura administrativa de apoio ao trabalho do magistrado.

Todas as varas estaduais (9.047) e os cartórios brasileiros (13.567) já foram cadastrados. Em breve, o programa irá receber dados sobre a população carcerária. A proposta do Conselho também é radiografar a situação dos presídios brasileiros, por isso cada um das unidades repassará ao CNJ dados sobre o número de detentos e a situação individual de cada um, para exame e acompanhamento do Conselho.

Com isso, o objetivo do Sistema é proporcionar uma visão contextualizada do Poder Judiciário a qualquer cidadão



Ministros Gilmar Mendes (à direita) e Asfor Rocha (à esquerda) durante o lançamento do novo Sistema, realizado em Brasília no dia 24.06.08

que queira ter acesso a dados estatísticos como número de processos, decisões, audiências e recursos enviados aos Tribunais brasileiros. As atualizações são feitas no dia 10 de cada mês com os números relativos ao mês anterior. Os interessados em conhecer a produtividade de juízes de todo o país já podem acessar o Sistema através do site www.cnj.gov.br.

O Sistema será a ferramenta através da qual o Judiciário poderá se conhecer, permitindo ao CNJ cumprir seu papel de formular políticas de gestão voltadas à melhoria da qualidade dos serviços prestados. Otimização, aperfeiçoamento e maior eficiência da prestação jurisdicional são as metas pretendidas

com o novo Sistema, que torna possível diagnosticar os principais entraves e efetivar políticas adequadas de gestão da administração judiciária.

A Corregedora Eva Evangelista comemorou os benefícios da nova ferramenta para o trabalho da Justiça brasileira. “Com essa inovação, os Corregedores poderão organizar e planejar melhor as atividades judiciais dos seus Estados, com base em dados quantitativos e em suas necessidades concretas”, afirmou a Desembargadora.

Para o CNJ, as múltiplas ferramentas do Sistema permitirão a edição de quadros comparativos entre juízos de uma mesma comarca, estado ou região, como o cotejo de quantitativos de acer-

vos, processos distribuídos e sentenças proferidas. No entanto, o Sistema não estabelecerá ranking entre juízes ou comparativos de desempenho entre órgãos desiguais, seja pela natureza da competência das secretarias, em razão das condições materiais, do número de servidores, dos recursos tecnológicos ou mesmo pela própria diversidade entre os órgãos jurisdicionais no território nacional.

Os números sobre a produtividade dos juízes possibilitarão que se saiba, com maior precisão, a média de tempo de julgamento no Brasil, dado até agora inexistente. Embora a Reforma do Judiciário tenha criado o princípio da celeridade, não existiam instrumentos que possibilitassem uma avaliação real sobre o que pode ser considerado demora ou celeridade de julgamento.

Além da significativa contribuição ao Judiciário em sua função específica de efetivação da jurisdição, o CNJ acredita que o Sistema Justiça Aberta traduz inequívoco instituto de cidadania na medida em que socializa o sistema judiciário brasileiro: “O Sistema representa um divisor de águas no Judiciário, porque concretiza a total abertura à sociedade sobre a realidade da Justiça brasileira”, disse o Ministro Asfor Rocha, durante o lançamento do Justiça Aberta.



“Com essa inovação, os Corregedores poderão organizar e planejar melhor as atividades judiciais dos seus Estados, com base em dados quantitativos e em suas necessidades concretas”





Os desembargadores Izaura Maia e Pedro Ranzi acompanharam a equipe do Banco do Brasil em visita ao Parque Gráfico do TJAC

VICE-PRPRESIDENTE DE VAREJO DO BB VISITA O TJAC

O Vice-Presidente de Varejo e Distribuição do Banco do Brasil, Nilton Luciano dos Santos, o Superintendente do Banco do Brasil nos Estados do Acre, Amazonas e Roraima, João Batista Trindade Filho, e uma comitiva de servidores da instituição bancária, visitaram o Tribunal de Justiça no dia 5 de junho. Na sede do TJAC, foram recebidos pelos desembargadores Izaura Maia e Pedro Ranzi, Presidente e Vice-Presidente da Corte, respectivamente. Em viagem oficial ao Estado por conta das comemorações dos 200 anos de criação do Banco do Brasil, Nilton Luciano aproveitou para fazer uma visita de cortesia ao Tribunal e conhecer de perto as ações desenvolvidas pelo Judiciário, com o qual a sua instituição mantém parceria. Izaura Maia agradeceu a visita e lembrou que o apoio da instituição financeira tem sido importante para que o Judiciário Acreano possa oferecer melhor prestação jurisdicional à sociedade. Em seguida, a Presidente convidou Nilton Luciano e sua comitiva para conhecer o Parque Gráfico do Judiciário, localizado no Fórum Barão do Rio Branco, que foi reestruturado por meio da renovação do contrato de serviços com o Banco, e o Palácio da Justiça, cuja obra de revitalização também teve o BB como um dos patrocinadores.



Os visitantes também conheceram o Palácio da Justiça

Cerimonial



13.06.2008: Presidente Izaura Maia e sua equipe de Cerimonial nas escadarias do Palácio da Justiça

PRESIDENTES REUNIDOS EM SANTA CATARINA

Durante os dias 26 e 27 de junho, a Presidente do TJAC, desembargadora Izaura Maia, acompanhada da Diretora de Finanças do Tribunal, Dirce Theodoro, participaram do 74º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, que aconteceu na cidade de Florianópolis (SC). O evento contou com a conferência do advogado, professor e escritor Sérgio Bermudes sobre "Conceitos e questões repetitivas e como os Tribunais deverão proceder diante delas"; a explanação sobre "O Manual dos Cartórios dos Juizados Especiais", feita pelo desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi; e a palestra do desembargador Vanderlei Romer sobre "O Peticionamento Eletrônico e o Procedimento Virtual". Os desembargadores-presidentes também participaram de reunião para discussão de assuntos afetos ao Tribunais.



Plenário do Tribunal de Justiça de Santa Catarina durante a abertura do 74º Encontro de Presidentes



Sistema Penitenciário

No dia 26 de junho, a Diretora-Geral do Departamento de Administração Penitenciária do Estado, Laura Okamura, acompanhada da sua equipe técnica, foi recebida pelos desembargadores Eva Evangelista e Pedro Ranzi e pela juíza Maha Manasfi (Vara de Execuções Penais de Rio Branco), para reunião sobre o Sistema Penitenciário Estadual.



CONCURSO NOTÁRIOS



27.06.2008: Reunião da Comissão do Concurso de Notários do TJAC, que tratou da última fase do certame